

Arruda acalma professores

ROBERTO RODRIGUES / DIVULGAÇÃO

GDF encaminha PCS à Câmara e categoria mantém indicativo de greve na sexta

KENNIA RODRIGUES

O governador José Roberto Arruda (DEM) apresentou ontem à Câmara Legislativa a proposta da Secretaria de Educação para o Plano de Cargos e Salários dos professores do DF. Pelo projeto, as gratificações seriam incorporadas ao salário-base que hoje é de R\$ 924. Em contrapartida, elas seriam diminuídas, uma vez que passariam a incidir sobre vencimentos mais altos. O aumento sugerido pelo GDF varia de 11% a 24%, conforme o nível de formação do docente. De acordo com o Sindicato dos Professores (Sinpro-DF), a categoria ainda analisa a proposta e deve apreciá-la em assembleia nesta sexta-feira, com indicativo de greve.

A base de cálculo para os salários terá critérios de titulação e tempo de serviço. Se a proposta for aprovada, os salários vão variar de R\$ 1.700 a R\$ 2.700. A categoria reconhece que o sugerido é um avanço no plano de carreira, mas reivindica um aumento maior nos vencimentos, mais especificamente a isonomia salarial com os médicos.

"Embora nós reconheça-



GDF propõe aumento de 11% a 24%, conforme o nível de formação do docente. Gratificações serão incorporadas ao salário-base

mos que há um avanço nesse sentido, ainda fica muito aquém das necessidades das categorias", critica Antônio Lisboa, da diretoria do Sinpro-DF. "O salário dos professores é o pior entre os servidores de nível superior da Saúde e da Segurança. Se compararmos com a Segurança, a distância ainda é longa", critica José Antônio Coelho, também da diretoria do sindicato.

Arruda reconhece que o Estado, cujo investimento em Educação é maior, tem menos gastos com a Segurança,

mas pondera que os cofres do GDF não suportariam o peso do reajuste proposto pelos professores. No plenário da Câmara, ele explicou aos distritais que o governo tira do próprio bolso R\$ 1,5 bilhões para pagamento das folhas da Segurança, da Educação e da Saúde. Os salários das três áreas são pagos com recursos do Fundo Constitucional do DF, que hoje é de R\$ 6 bilhões. Mas a folha de pessoal das três categorias atinge R\$ 7,5 bilhões. "O impacto nos cofres do GDF seria de R\$ 421

milhões. A questão é, de onde viria esse dinheiro para pagar o adicional. As reclamações são legítimas e muitas delas ficaram armazenadas nos últimos 10, 15 anos. Temos que ter paciência e compreensão das dificuldades orçamentárias que temos, para que a gente possa recolocar a educação no patamar que ela merece", disse.

O projeto de lei apresentado à Câmara deve ser votado até novembro deste ano, para valer a partir de março de 2008. Na visão do presidente da Câ-

mara Legislativa, deputado Alírio Neto (PPS), a proposta terá algumas divergências pontuais. "A proposta não atende totalmente, uma vez que os professores pedem isonomia com as carreiras de nível superior. Mas é óbvio que o governo não pode corrigir em 10 meses o que aconteceu em desmando em 10 anos", opinou. A Casa chegou a aprovar ontem o reajuste de 12% sobre a Gratificação de Regência de Classe (GRC) e a Gratificação por Dedicação Exclusiva (Tidem) aos professores aposentados.